

Benedito José de Almeida Filho
Prefeito Municipal.

Sancionada, numerada, registrada e publicada a presente Lei, na data supra.

José Joaquim de Oliveira Filho
Secretário

Lei nr. 23/75 de 28 de 08 de 1975

Retirada

Lei nr. 24 de 13 de outubro de 1975

Súmula: Estima a Receita e Fixa Despesas para o exercício de 1976

O Prefeito municipal de Guadalupe
Faço saber que a câmara municipal aprovou e eu
sanctiono e promulgo a seguinte
Lei

Art. 1º - Fica aprovado o orçamento geral do município de Guadalupe, para o exercício financeiro de 1976, discriminado pelos anexos intergantes desta lei o que estima a Receita em Cr\$ 891.250,00 (oitocentos e noventa e um mil duzentos e cinquenta cruzeiros) e fixa a Despesas

Deleg.

em Cr\$ 891.250,00 (oitocentos e noventa e um mil duzentos e cinco cruzeiros).

Art. 2º - A Receita será realizada mediante arrecadação dos tributos, suprimientos de fundos e outras fontes de rendas, na forma da legislação em vigor de acordo com o seguinte dobramento:

Receitas Correntes		Cr\$ 607.550,00
Receitas Tributárias	Cr\$ 1.450,00	
Receitas Patrimoniais	2.400,00	
Transferencias Correntes	599.100,00	
Receitas Diversas	4.600,00	
Receitas de Capital		Cr\$ 283.700,00
Transferencias de Capital	283.700,00	
Total		891.250,00

Art. 3º - A Despesa será realizada na forma dos quadros analíticos constantes dos anexos e respectivos subanexos, com forme discriminação seguinte:

I - Despesas por Órgãos do Governo e da Administração

01 - Câmara Municipal	Cr\$ 23.770,00	
02 - Secretaria da Prefeitura	156.860,00	
03 - Departamento de Finanças	90.760,00	
04 - Departamento Municipal Estrada e Rodagens	76.460,00	
05 - Departamento Educação e Culturas	190.200,00	
06 - Departamento de Saúde	49.100,00	
07 - Departamento de Obras e Serviços Públicos	304.100,00	Cr\$ 891.250,00

II - Despesas por Funções do Governo

01 - Legislativo	Cr\$ 23.770,00
03 - Administração e Planejamento	210.900,00
06 - Defesa Nacional e Segurança Pública	2.400,00
08 - Educação e Cultura	Cr\$ 190.200,00

10- Habitação e Urbanismo	crdt	67.600,00
13- Saúde e Saneamento		285.600,00
15- Assistência e Previdência		34.320,00
16- Transportes	crdt	76.460,00
		crdt 891.250,00

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementares mediante utilização dos recursos adiante indicados, até o limite correspondente a 20% (vinte por cento) do total da despesa fixada nesta lei, com as seguintes finalidades:

I - Atender a insuficiência das dotações, especialmente as relativas a encargos com pessoal, utilizando como recursos o definido no item II do 1º artigo. 43 da lei nr. 4.320, de 17 de março de 1964;

II - Atender a programas financiados por receitas com destinação específica, utilizando como recursos o definido no item I do 1º art. combinado com o 3º, ambos do art. 43 da lei nr. 4.320, de 12 de março de 1964.

III - Atender a insuficiência das dotações destinadas a programa proprietários, utilizando como recursos as disponibilidades caracterizadas no item III do 1º do art. 43 da lei nr. 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as medidas necessárias para ajustar os dispendios (ou a execução da despesa) ao comportamento efetivo da receita.

Parágrafo único - Durante a execução do orçamento, fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de créditos por antecipação da receita, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 6º - O Poder Executivo, no interesse da administração, poderá designar órgãos para movimentar dotações atribuídas às unidades orçamentárias.

Art. 7º - A presente lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1976, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guadalupe, Estado do Piauí,
os treze dias do mês de outubro de mil novecentos e setenta e cinco.

a). Benedito José de Oliveira Filho
Prefeito Municipal

Sancionada, numerada, registrada e publicada a presente lei na data supra.

a) José Joaquim de Oliveira Filho
Secretário.

lei nr. 25 de 31 de outubro de 1975

Súmula: Autoriza o Poder Executivo municipal a abrir o crédito especial

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

lei

Art. 1º Para dar cumprimento ao disposto da lei complementar nr. 25, de 2 de julho de 1975, e na Resolução nr. 02 de 13 de outubro do corrente ano, da Câmara municipal de Vereadores deste município, fica o Prefeito autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 9.000,00 (nove mil cruzeiros) no corrente exercício.

Art. 2º A despesa decorrente do disposto no artigo anterior correrá à conta dotação prevista no art. 43, 1º inciso II da lei nr. 4320.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guadalupe, 31 de outubro de 1975.

a) Benedito José de Neiva Filho
Prefeito municipal

Sancionada, numerada, registrada e publicada a presente lei na data supra.

José Joaquim de Oliveira Filho
Secretário.